ENTREVISTA

Dep. João Paulo Cunha

PL combate discriminação no acesso ao trabalho

PÁGINA 11

Ano VI nº 64 – JUNHO – 2011

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Entidades de classe impetram mandado de injunção no STF pelo reajuste dos subsídios

Foto: Ascom/ANPT

A ANPT, juntamente com outras associações de membros do Ministério Público da União e da magistratura, impetrou mandado de injunção no Supremo Tribunal Federal em que requer o reconhecimento da omissão do Congresso Nacional por não votar os Projetos de Lei que reajustam os subsídios das categorias.

PÁGINA 3

Campanha nacional de combate ao trabalho infantil tem apoio da ANPT

Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, comemorado no dia 12 de junho, recebeu, este ano, diversas manifestações em todo o país. Em Brasília, a diretoria da ANPT reafirmou o seu apoio à causa em solenidade na Câmara dos Deputados.

PÁGINA 5

Foto: Ascom/ANPT

NOTA PÚBLICA

Procurador do Trabalho recebe apoio da Associação

Página 7

ENPT

Inscrições para o 23º ENPT estão abertas

Página 12

Caro Associado,

Desde o início da atual gestão, a ANPT tem dedicado especial atenção aos trabalhos relacionados à busca da recomposição dos valores dos subsídios da carreira, por entender se tratar de medida prioritária, em constante atuação articulada com as outras entidades de classe do Ministério Público da União e da Magistratura, as quais integram a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS), atualmente coordenada pela presidência da ANPT.

No final do mês de junho, a FRENTAS e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) decidiram pela impetração de mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal, a fim de que seja reconhecida a omissão do Congresso Nacional por não votar os Projetos de Lei (PL 7749/2010 e PL 7753/2010), que versam sobre a reposição do valor dos subsídios, corrigido pelas perdas inflacionárias dos últimos cinco anos. Ademais, é certo que a ANPT continuará se dedicando às demais ações políticas indispensáveis à obtenção do resultado que se pretende, qual seja, a efetiva manutenção do padrão remuneratório dos membros do MPT.

Em comemoração ao dia mundial e nacional de combate ao trabalho infantil, 12 de junho, a ANPT participou da solenidade que inaugurou a Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil, na Câmara dos Deputados, reafirmando o nosso compromisso social com a proteção à infância e valorização da educação. Eventos como esse se mostram relevantes para dar maior visibilidade do problema para a sociedade, uma vez que ainda há sérios obstáculos culturais ao efetivo combate ao trabalho precoce.

Ainda no mês de junho, foram abertas as inscrições para o tão esperado Encontro Nacional de Procuradores do Trabalho, que já está na sua 23ª edição. Neste ano, o evento será no Hotel Vila Galé de Cumbuco/CE, entre os dias 6 e 9 de outubro. Para manter o sucesso das edições anteriores, a Diretoria conta com a expressiva participação dos associados, que poderão realizar suas inscrições por meio do *site* www.anpt.org.br, até o dia 1º de agosto.

Entre outras atividades, destacamos a nossa participação no lançamento do Livro "Ações Coletivas-Críticas para a construção da Nova Lei de Ação Civil Pública", organizado pela Procuradora Regional do Trabalho Juliana Vignoli e do livro "O Aço da Devastação", lançado pelo Instituto Observatório Social, o qual denuncia as irregularidades ambientais e trabalhistas da cadeia produtiva do aço.

Boa leitura!

Diretoria da ANPT

CURTAS

Comendas da Medalha do mérito Naval

Foto: ANMPM

Foi realizada no dia 11 de junho, na sede dos Fuzileiros Navais, no Comando da Marinha em Brasília, solenidade de entrega das comendas da "Medalha do Mérito Naval", onde o subprocurador-geral da Justiça Militar e ex-presidente da ANMPM, Jorge Luiz Dodaro, recebeu a medalha no grau de Comendador. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na cerimônia, ao lado do presidente da ANMPM, Marcelo Weitzel, do diretor da ANMPM, José Carlos Couto de Carvalho, do vice-procurador-geral da Justiça Militar, José Garcia de Freitas Junior, e do assessor-chefe de Relações Públicas do Ministério Público Militar, José Luiz Lima.

Palestra sobre trabalho infantil doméstico

Entre os dias 8 e 12 de junho, a Secretaria Estadual de Saúde do Piauí (SESAPI) intensificou as ações de combate ao trabalho infantil no Estado. O objetivo foi atentar para a passagem do dia 12 de junho, Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, e, também, conscientizar a sociedade sobre os aspectos negativos dessa prática.

Dentre as atividades propostas pelo evento, a procuradora do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho do Piauí (PRT-22), e associada da ANPT, Pollyanna Sousa Costa Tôrres, ministrou, como representante da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (CORDINFANCIA), palestra com o tema "Trabalho Infantil Doméstico: implicações trabalhistas, educacionais e criminais".

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012**

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT e demais associações do MP e da magistratura impetram mandados de injunção no STF

Foto: Ascom/ANPT

Grupo reunido da sede da AJUFE

As associações de classe que integram a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS), e a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em defesa dos associados, impetraram, no dia 30 de junho, mandado de injunção perante o Supremo Tribunal Federal (STF) em que requerem que seja reconhecida a omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não votar os Projetos de Lei (PLs) 7749/2010 e 7753/2010, em tramitação desde agosto de 2010, e seja determinada a reposição aos subsídios dos membro das perdas inflacionárias dos últimos cinco anos, no percentual de 14,79%, retroativo a janeiro deste ano.

A revisão anual dos subsídios é garantida pelo artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. Entretanto, a não aprovação dos PLs 7749 e 7753, que fixam os subsídios mensais dos ministros do STF e do procurador-geral da República, respectivamente, configura ausência de norma reguladora, o que justifica o mandado de injunção.

Os dois projetos, enviados ao Congresso Nacional pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público, têm a finalidade de recompor as perdas decorrentes do processo inflacionário, com base no IPCA. As duas propostas já têm parecer favorável na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados, onde as matérias se encontram. A decisão de impetrar o mandado aconteceu em reunião da FRENTAS, atualmente coordenada pela presidência da ANPT, realizada no dia 16 de junho, na sede da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE).

Na ocasião, o grupo discutiu, também, novas estratégias para reforçar a articulação com parlamentares em busca da aprovação dos PLs, inclusive com a realização de novas reuniões, também, com o governo. Os representantes das entidades associativas definiram, ainda, alguns pontos relativos à mobilização que será realizada pela FRENTAS ainda nesse semestre. Outros temas abordados durante a reunião foram a questão da simetria entre as carreiras e a possibilidade de unificação dos convênios entre as entidades, possibilitando, assim, mais opções para os associados.

Na manhã do dia 15 de junho, os integrantes da FRENTAS estiveram reunidos, também, com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra. Na ocasião, os PLs que reajustam os subsídios foram o foco da conversa. O presidente da AMB mostrou-se preocupado com a situação dos projetos, mas, assim como os integrantes da FRENTAS, argumentou que o diálogo com os Três Poderes é essencial para o êxito da aprovação dos PLs.

A FRENTAS esteve reunida, também, no dia 1º de junho, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), em Brasília. Na ocasião, o grupo decidiu que o momento era propício para dar ainda mais força ao trabalho de articulação no Congresso Nacional e avaliou a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n.º 5 de 2011, com a emenda saneadora sugerida pelas entidades representativas do MP, acrescentando o procurador-geral da República à lista de autoridades cujos subsídios representam o teto remuneratório da Administração Pública.

Reunião na ANAMATRA

Foto: Ascom/ANPT

FRENTAS com o presidente da AMB

Foto: Ascom/ANPT

ANPT participa de reunião ordinária do FNPETI

Foi realizada, no dia 5 de julho, a 2ª Reunião Ordinária do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), no auditório do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), em Brasília. O diretor financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Maurício Correia de Mello, participou da reunião.

Entre os temas discutidos, o trabalho infantil artístico foi abordado pelo procurador do Trabalho e coordenador da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (COORDINFÂNCIA) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rafael Marques, que apresentou, junto com o diretor da ANPT, a proposta de um consenso mínimo sobre o tema.

A ANPT reforçou, ainda, a posição da COORDINFANCIA, no sentido de que é possível o trabalho artístico desenvolvido por crianças e adolescentes, desde que respeitados todos os direitos próprios da infância, além das recomendações do MPT.

Ainda no encontro, foi apresentada a Carta do Rio de Janeiro, elaborada no seminário "Trabalho Precoce e Direitos Humanos", promovido pela ANPT em parceira com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), no Rio de Janeiro, em junho deste ano. Na Carta constam as conclusões às quais se chegou durante todo o Seminário.

Presidente da ANPT participa do lançamento da revista "O Aço da Devastação"

Foi lançada no dia 22 de junho, em São Paulo, pelo Instituto Observatório Social, a publicação "O Aço da Devastação", que denuncia as irregularidades ambientais e trabalhistas da cadeia produtiva do aço. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade durante o evento.

A pesquisa, coordenada pelo jornalista Marques Casara, revela dados vergonhosos na produção do Aço no Brasil. O trabalho de reportagem começou em Nova Ipixuna (PA), onde, no dia 24 de maio, foram assassinados José Cláudio Ribeiro e Maria do Espírito Santo, que denunciavam a devastação da floresta para produzir carvão e madeira.

Em seu trabalho, Casara mostra que em algumas siderúrgicas o uso do carvão ilegal sustenta mais da metade de toda a produção. Essa conclusão foi possível após a obtenção de dados referentes à produção anual de cada siderúrgica em 2010. Essas informações eram mantidas em sigilo para evitar o cruzamento de dados e a obtenção do índice de ilegalidade

A revista é uma continuidade da pesquisa apresentada em "A Floresta que Virou Cinza", que mostrou como operam os grupos criminosos que esquentam documentos de carvão ilegal. São quadrilhas formadas por políticos, empresários e servidores públicos do governo do Pará, que se uniram para depredar, em nome de interesses próprios, um dos mais importantes ecossistemas do planeta.

Estiveram presentes na solenidade de lançamento, além do presidente da ANPT, o presidente da Central Única de Trabalhadores (CUT), Artur Henrique, o procurador da República em Marabá (PA), Tiago Rabelo, entre outros.

Fonte: Observatório Social

Foto: Observatório Social

Solenidade de lançamento da revista

Solenidade no Congresso Nacional inaugura Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil

Foto: ANPT

Ao longo da semana diversas atividades marcaram o dia 12 de junho

Teve início no dia 9 de junho, na Câmara dos Deputados, a Campanha Nacional contra o Trabalho Infantil. A iniciativa marcou o início da mobilização brasileira para o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil (12/06). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, representaram a entidade, que é uma das apoiadoras da campanha.

Durante a solenidade, vinte crianças e adolescentes da cidade satélite de Santa Maria contribuíram para os trabalhos ao lerem suas opiniões sobre o trabalho infantil, todas contrárias à prática. Houve, ainda, a apresentação de duas peças teatrais, realizadas pelo Teatro Infantil Catavento, do Piá Legal e do PETI. Numa das encenações, que fazia uso de fantoches, os personagens Clara, Rafael e Dudu instruíam os presentes sobre questões pertinentes ao trabalho infantil, tudo com base na cartilha desenvolvida pelo MPT, com orientações para erradicar o trabalho precoce.

Vale lembrar que a ANPT é uma das entidades que atuam no combate ao trabalho infantil no país. Neste ano, diversos eventos aconteceram ao longo da semana relativa ao dia 12 de junho, em todo o Brasil, com o intuito de marcar a data.

** Com informações da Ascom/PGT*

Frente Parlamentar apresenta plano de ação com a participação da ANPT

Foto: ANPT

ANPT participou da reunião na Câmara

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente apresentou no dia 16 de junho, na Câmara dos Deputados, proposta de plano de ação. O objetivo do encontro, mais do que socializar a pauta de trabalho da Frente, foi acolher sugestões para o desenvolvimento das atividades. O diretor financeiro da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Maurício Correia de Mello, representou a entidade e colocou a ANPT à disposição da Frente na luta pela proteção dos direitos das crianças e adolescentes.

Em seu pronunciamento, Correia de Mello ressaltou a necessidade de ações mais concretas para o combate à exploração de crianças e adolescentes no tráfico de drogas, uma das piores formas de trabalho infantil. O diretor da ANPT propôs, ainda, que a comissão realize uma audiência pública sobre o tema e promova a criação de uma comissão parlamentar mista de inquérito, a exemplo da CPMI da exploração sexual de crianças e adolescentes.

A deputada Teresa Surita (PMDB/RR), por sua vez, explicou que a Frente Parlamentar trabalhará baseada em três pilares, sendo eles orçamento, gestão participativa e agenda pró-ativa. Já a representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Carmen Silveira, enfatizou a importância de colocar na pauta da Frente Parlamentar o Plano Decenal elaborado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), que converge os vários planos setoriais na área da infância em uma política de Estado.

A deputada Érika Kokay (PT/DF) concordou com a criação da CPMI proposta pela ANPT e orientou para que os diversos atores do sistema de garantia de direitos se articulem para garantir a descentralização de ações nos processos de promoção dos direitos das crianças e adolescentes.

A secretária executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa Oliveira, ressaltou que é preciso envolver as escolas para buscar o protagonismo das crianças e adolescentes. Sugeriu que a agenda da Frente Parlamentar envolva todos os direitos das crianças e adolescentes e que todos que participem dela colaborem na luta por estes direitos, independente da atuação específica de cada um.

** Com informações da Rede ANDI Brasil*

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o *site*: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP | CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORCÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do *site* da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra da Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas.	O associado deverá acessar o ***site*** www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do ***site*** da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOA (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP | CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br, vendas.frotista@caoa.com.br; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.
QUALICORP Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200
APMP - Turismo	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do *site* da ANPT para mais detalhes.

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do *site*. O endereço é www.anpt.org.br

Nota Pública divulgada pela ANPT defende atuação de procurador do Trabalho

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) divulgou no dia 22 de junho nota pública em apoio à atuação do procurador do Trabalho e associado Adolfo Silva Jacob, lotado na Procuradoria do Trabalho no Município de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais (MG), que, na defesa de trabalhadores e no estrito cumprimento de sua missão institucional, vem sofrendo ameaças indiretas.

Segundo texto da nota, depois de proceder à investigação dos fatos, reunindo 542 documentos no sentido de que os interesses da categoria profissional vêm sendo decididos em um cenário que envolve doação de imóveis e dinheiro, troca de favores e empréstimos a dirigentes sindicais, o referido membro do MPT ajuizou Ação Civil Pública na 1ª Vara do Trabalho de Coronel Fabriciano, que tramita de acordo com o regular e devido processo legal e em que se é oportunizada a ampla defesa aos imputados.

Ainda segundo a entidade, no caso, o Ministério Público do Trabalho, representado pelo procurador, depois de provocado por denúncia apta, nada mais fez do que cumprir seu dever constitucional de zelar pelos direitos dos trabalhadores. "Dessa forma, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, reafirmando o integral apoio ao mencionado procurador e associado, repudia veementemente qualquer ataque, ofensa ou ameaça às suas prerrogativas e à sua incolumidade, que tem claro conteúdo intimidatório, esclarecendo que tomará todas as medidas administrativas e judiciais para responsabilizar os autores desses covardes atos".

STF admite ingresso da ANPT em ação que questiona proibição de amianto em São Paulo

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) foi admitida no dia 16 de junho, na qualidade de terceiro, no processo que questiona a lei paulista que proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham amianto. A decisão aconteceu em despacho realizado no Supremo Tribunal Federal (STF) e o relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 234) foi o ministro Marco Aurélio.

Segundo o ministro, "cumpre ouvir a requerente, ante o entrelaçamento da matéria versada na arguição de descumprimento de preceito fundamental com a representação que lhe é própria. Admito a requerente na relação subjetiva processual como terceira, recebendo o processo no estágio em que se encontra", afirmou Marco Aurélio em sua decisão.

A ADPF foi ajuizada pela Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística em face da Lei paulista 12.684/2007. Em seguida, a ANPT requereu sua admissão no processo na qualidade de *amicus curiae*, em razão de seu interesse na matéria, tendo em vista que cabe aos procuradores do Trabalho atuar na defesa dos direitos dos trabalhadores.

** Fonte: STF*

Foto: site STF

ANPT prestigia lançamento de livro sobre ações coletivas e palestra do ministro Ayres Britto

Foto: Ascom/ANPT

Lançamento do livro e palestra do ministro do STF

Foi lançado no dia 17de junho, na Procuradoria-Geral do Trabalho, o livro "Ações Coletivas – Críticas para a construção da Nova Lei da Ação Civil Pública", organizado pela procuradora do Trabalho Juliana Vignoli Cordeiro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou da solenidade que contou com a palestra sobre "A cidadania e os 22 anos da Constituição da Republica", proferida pelo vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Carlos Ayres Britto.

O livro conta com a contribuição de renomados juristas e busca ser um instrumento de apoio ao projeto de lei nº 5.139, de 2009, de autoria do Poder Executivo, que conferiria nova disciplina à Ação Civil Pública (ACP) para a tutela de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos. Segundo a coordenadora da obra, "os avanços sugeridos no projeto de lei tornam o processo mais amplo, mais célere e permitem maior acesso da sociedade à Justiça. Isso é o MPT se antecipando, agindo proativamente".

Já Sebastião Caixeta lembrou que diversas entidades, entre elas a ANPT, tiveram a oportunidade de apresentar contribuições ao então projeto de lei e informou que, infelizmente, o Congresso Nacional, até o momento, não dedicou a atenção merecida ao assunto. Sobre o livro, o presidente da entidade falou que essa é uma iniciativa importante "para que a gente possa retomar o tema no Congresso visando à efetiva aprovação do texto que sistematiza melhor o instrumento importante de atuação do Ministério Público, que é a ACP". O presidente da ANPT completou, ainda, que a obra deve contribuir no sentido de ser mais um argumento em defesa da aprovação dessa lei.

Após o lançamento do livro, o vice-presidente do STF iniciou sua palestra, na qual abordou a importância da cidadania. Segundo Ayres Britto, entender o que é cidadania, de fato, é o primeiro passo para uma evolução. "Cidadania é o acompanhamento critico do cotidiano governamental, das coisas do Poder. É poder cobrar, criticar, representar contra abusos, mas é também aplaudir as ações oriundas dos agentes públicos. É administrar o próprio saber com preocupação coletiva".

O vice-presidente do STF lembrou, também, que a Constituição preza pela cidadania, não só ao fazer dela um dos fundamentos da República, mas ao estabelecer um elo funcional entre ela e todo o processo educacional. Ayres Britto fez uma crítica aos operadores do Direito lembrando que são conservadores e que precisam trabalhar melhor com o lado direito do cérebro, que é o responsável pelos sentimentos. Informou, ainda, que se deve tentar ao máximo uma atualização nas interpretações, tomando-se por base as mudanças no mundo e as novas necessidades.

O ministro lembrou, por fim, que "o Direto é um produto cultural, é fruto da experiência humana. É preciso coragem para o jurista romper com a preguiça cultural e enveredar por novas conceituações, na direção do justo por si mesmo. Isso implica o manejo de categorias que nós supomos fora do âmbito do Direito, que seriam meta-jurídicas", disse, para concluir que, na verdade, elas estão na essência do Direito.

Ex-presidente do TRT-10 tem sua foto descerrada

Foi realizada no dia 14 de junho solenidade de aposição do retrato do desembargador Mário Macedo Fernandes Caron, na galeria dos ex-presidentes do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª região. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o diretor financeiro, Maurício Correia de Mello, representaram a entidade no evento, que aconteceu no *hall* da sala de sessões do Tribunal.

Além dos representantes da ANPT, a solenidade contou com a presença, também, da procuradora-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª região, Daniela de Moraes do Monte Varandas, dos procuradores do Trabalho Joaquim Rodrigues Nascimento e Ana Cláudia Monteiro, advogados, magistrados, dentre outros.

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT com o desembargador Mário Caron

MPT lança mapa estratégico da instituição

Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT participou do lançamento

Foi lançado no dia 27 de junho, no auditório do Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, o Mapa Estratégico da instituição, que faz parte do projeto de gestão estratégica do MPT. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, participou da solenidade.

O presidente da ANPT lembrou que o projeto traz uma mudança cultural dos membros da instituição, para captar as novas propostas e caminhos do MPT e da sociedade, que será a principal beneficiada. "Todos os processos precisam passar por avaliações contínuas, mas é de suma importância ter os instrumentos e aprender a trabalhar com eles", disse.

O procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, destacou a importância do planejamento estratégico para a instituição, lembrando que a gestão estratégica consiste em um aprendizado contínuo e coletivo. "Precisamos ouvir a sociedade e isso deve fazer parte da rotina", comentou. Além do presidente da ANPT e do procurador-geral do Trabalho estiveram presentes, também, a coordenadora da Gestão Estratégica do MPT, Juliana Vignoli, a secretária de inspeção do Trabalho, Vera Albuquerque, o assessor de assuntos federativos da Secretaria de Direitos Humanos, Luis Clóvis Guido Ribeiro, o ministro do TST Guilherme Caputo e o vice procurador geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira.

Presidente da ANPT participa de cursos de aperfeiçoamento para membros do MPT

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, participou no dia 28 de junho da abertura de dois cursos de aperfeiçoamento para membros do MPT, o VI Recurso de Revista e Liberdade Sindical, Igualdade na perspectiva da OIT.

Na abertura do VI curso de Recurso de Revista, o presidente da ANPT saudou os participantes e lembrou a importância do aperfeiçoamento para os membros do MPT. "Investir na capacitação dos integrantes da instituição auxilia muito nas atividades diárias dos procuradores do Trabalho", disse. O subprocurador-geral do Trabalho Luis Antônio Camargo de Melo, foi o primeiro palestrante do curso e falou sobre as sessões do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o papel do procurador do Trabalho.

Já no curso de Liberdade Sindical, Sebastião Caixeta reiterou a necessidade de aperfeiçoamento dos membros do MPT e informou que ao longo da semana pretende conversar com os participantes sobre o trabalho no Congresso Nacional, em prol da aprovação dos projetos de interesse da categoria.

Fotos: Ascom/ANPT

Abertura do VI curso de Recurso de Revista

Abertura do curso de Liberdade Sindical

Conselho Nacional do Ministério Publico lança revista institucional

Foto: Ascom/ANPT

ANPT apoiou a primeira edição da revista

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) lançou no dia 15 de junho a primeira edição da Revista do CNMP, que traz artigos e textos doutrinários relativos ao Ministério Público, ao Conselho Nacional e à prestação jurisdicional. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, representou a entidade na cerimônia de lançamento.

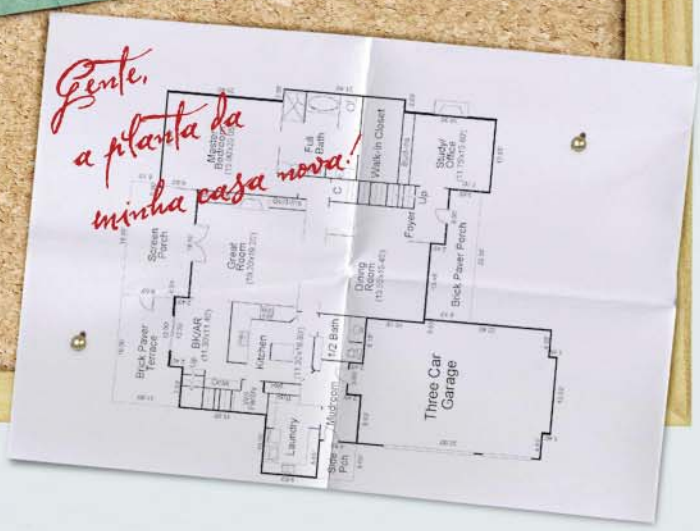
Durante a solenidade, o presidente da Comissão de Jurisprudência do CNMP, conselheiro Luiz Moreira, agradeceu a colaboração das associações do Ministério Público, entre elas a ANPT, na tradução dos artigos para a edição do primeiro número da publicação. Além de tratar de temas de interesse do MP brasileiro, os autores discutem as especificidades dos Ministérios Públicos de países como Portugal, Espanha, Itália, Argentina, Chile, Estados Unidos, França e Alemanha.

** Informações: Ascom/CNMP*

Financiamento Imobiliário

Memorando

A ANPT acaba de assinar uma parceria com a POUPEX para você comprar seu imóvel, novo ou usado, ou construí-lo em lote próprio.



Mais informações:

0800 61 3040 • casapropriapoupex.com.br

POUPEX Associação de Poupança e Empréstimo

poupex.com.br

ENTREVISTA

Foto: Assessoria de Imprensa/João Paulo Cunha

Presidente da CCJ da Câmara é autor de projeto que defende trabalhadores na inserção ao trabalho

Deputado Federal João Paulo Cunha (PT-SP) apresenta Projeto de Lei (PL) que aprimora a lei no que diz respeito à discriminação no âmbito das relações de trabalho em relação à admissão e à manutenção do emprego

A discriminação no acesso ao mercado de trabalho ainda é uma prática constante nos dias de hoje. O que o PL 4838/2009 pode representar nas relações de trabalho?

A sociedade brasileira vem adotando sucessiva e continuamente medidas de combate à discriminação de qualquer ordem, inclusive nas relações de trabalho. A Lei nº 9.029, de 1995, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho foi um grande passo contra a discriminação. O Projeto de Lei nº 4.838, que apresentei na Câmara dos Deputados, pretende complementar e atualizar a legislação brasileira, ampliando as situações de discriminação e privilégios no acesso e manutenção do emprego que se apresentaram até os dias de hoje, buscando a humanização crescente no ambiente produtivo brasileiro.

O PL altera a Lei n.º 9.029, de 13 de abril de 1995. O que exatamente o projeto apresenta de novidade?

Objetivamente, o PL pretende incluir no rol de situações de discriminação por motivo de sexo, origem, domicílio, raça, cor, estado civil, situação familiar e idade, aquelas relativas à opção sexual, às convicções políticas ou ideológicas, à deficiência, à doença crônica, à religião ou à filiação sindical. Estas novas hipóteses estão em consonância com a Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, que dispõe sobre a discriminação em matéria de emprego e profissão.

As medidas previstas no PL se limitam somente ao ingresso no mercado do trabalho?

Não. O PL objetiva aprimorar a lei no que diz respeito à discriminação no âmbito das relações de trabalho no que tange à admissão e à manutenção do emprego. Não obstante, devemos reconhecer que o Brasil vem amadurecendo nas questões relacionadas à discriminação em diversas áreas de convivência social, notadamente no que diz respeito à raça, crença, sexo e opção sexual, criminalizando de forma direta os atos desta natureza. Vale destacar a recente decisão do Supremo Tribunal Federal ao reconhecer a união homoafetiva como mais um importante passo no combate à discriminação.

Acredita que essa medida diminuirá a discriminação na contratação de empregados?

A Constituição Federal já estabelece a vedação à discriminação de qualquer natureza, mas a inclusão destas hipóteses discriminatórias no âmbito da Lei é um importante instrumento no combate à discriminação. Entretanto, é imprescindível a atuação constante e efetiva do Estado e da sociedade, e daqueles que foram ou são vítimas de discriminação, para que a Lei produza os seus efeitos. A lei estabelece os parâmetros e cria a condição institucional para que os atores sociais assegurem os efeitos que dela se pretende.

Uma das dificuldades quanto ao combate à discriminação é a prova. O que acha da proposta de inverter o ônus da prova na presença de indícios da discriminação?

A concepção jurídica corrente é que a prova cabe a quem alega. Esta interpretação está baseada no princípio constitucional de que todos são inocentes até que se prove em contrário e é um dos pilares do Estado de Direito. A exceção somente é admitida nas relações de consumo, onde se considera a condição de hipossuficiência do consumidor frente ao ofertante de produtos e serviços nas relações de consumo. O trabalhador também pode ser considerado como hipossuficiente nas relações de trabalho e parece razoável admitir-se a inversão do ônus da prova também nestes casos.

Entretanto, é imprescindível delimitar as condições em que é possível ocorrer discriminação e a inversão do ônus da prova. Tal cuidado se destinaria principalmente a evitar que esse instrumento viesse a ser utilizado para chantagear ou afetar a imagem da empresa, o que poderia ocorrer, principalmente por conta da repercussão que pode produzir nas relações de disputa de mercado. É um assunto a ser aprofundado.

Qual sua opinião sobre a possibilidade de se explicitar que a estatística seja válida como prova da discriminação?

Atos discriminatórios em todos os âmbitos devem ser combatidos utilizando-se todos os meios legítimos. A inclusão de estatísticas que possam levar à caracterização de prática recorrente de discriminação certamente é um importante instrumento se admitido em conjunto com outros indícios que caracterizam a prática objetiva do ato discriminatório. Nesta condição, sou favorável à explicitação legal da estatística como meio válido de prova.

APAE homenageia procurador do MPT pela luta contra a discriminação à pessoa com deficiência

O procurador regional do Trabalho Manoel Jorge e Silva Neto, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da Bahia (PRT-5), recebeu uma placa de reconhecimento da APAE Salvador, como referência pela contribuição para um mundo do trabalho mais justo e igualitário, com plena participação das pessoas com deficiência (PcD). A homenagem foi entregue durante o III Seminário Internacional Agir e Refletir numa Perspectiva da Acessibilidade, realizado nos dias 3 e 4 de junho.

O evento reuniu 480 participantes, entre os principais atores do tema no Brasil, além de representantes dos governos federal, estadual e municipal. O procurador já foi presidente da ANPT no biênio 1998/2000. Atualmente, é membro do núcleo de Combate à Discriminação no Trabalho da PRT-5, onde tem priorizado o cumprimento da obrigação prevista no artigo 93 da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que obriga empresas com 100 ou mais empregados a preencherem de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitadas.

Foto: Ascom/MPT-BA

Procurador com a placa de reconhecimento

Nesse sentido, Manoel Jorge e Silva Neto defende iniciativas de reforço à capacitação profissional dos trabalhadores com deficiência, por vezes em parceria com entidades de comprovada atuação no combate à segregação e discriminação das PcDs, a exemplo da APAE Salvador.

Fonte: Ascom/PRT-BA

23º ENPT: Inscrições estão abertas

Estão abertas as inscrições para o 23º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). O evento acontece entre os dias 6 e 9 de outubro, no Hotel Vila Galé de Cumbuco, Ceará. As inscrições podem ser feitas até o dia 1º de agosto, exclusivamente, pela área restrita do *site* da ANPT, www.anpt.org.br.

A Associação pretende diversificar as atividades desportivas, incluindo, desde já, a corrida e a caminhada pela praia, além de manter os tradicionais torneios de tênis e futebol. Foi reeditado, também, o show de talentos, que deverá acontecer na sexta-feira (7/10). Para viabilizar essas e outras atividades, os interessados deverão manifestar interesse no ato da inscrição.

Comemorações pelos 21 anos do INSS tem apoio da ANPT

No dia 19 de junho foram realizadas a "corrida da maioridade" e a "caminhada da melhor idade" em comemoração aos 21 anos do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), no Parque da Cidade Sarah Kubitschek, em Brasília. O evento foi promovido pela Associação Nacional dos Servidores da Previdência e da Seguridade Social (ANASPS) e contou com o apoio de vários parceiros, entre eles a ANPT.

O objetivo das atividades era integrar servidores ativos, inativos e pensionistas do Instituto, aposentados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), trabalhadores e sociedade em geral, por meio de ações que promovam o bem-estar, a saúde e a qualidade de vida para todos.